

<b>Assunto:</b> Vereadores de Caruaru seguem com mandatos	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> POLÍTICA	<b>Seção:</b> rápida
<b>Página:</b> 5	<b>Data:</b> 22/05/2014

**jornal do  commercio**

➔ rápida

## Vereadores de Caruaru seguem com mandatos

A 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco julgou o mérito do afastamento de dez vereadores investigados pela Operação Ponto Final. A decisão do desembargador Gustavo Lima, que há um mês suspendeu a medida, foi mantida. Apenas cinco retomaram os mandatos porque os demais são investigados pela segunda operação.

<b>Assunto:</b> TJPE mantém vereadores	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> POLÍTICA	<b>Seção:</b> curtas
<b>Página:</b> B3	<b>Data:</b> 22/05/2014

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

## CARUARU

### **TJPE mantém vereadores**

Os dez vereadores de Caruaru afastados das funções por causa da Operação Ponto Final, da Polícia Civil, obtiveram mais uma vitória. O Tribunal de Justiça de Pernambuco julgou o mandado de segurança solicitado pela defesa e rejeitou o recurso do Ministério Público, que pedia o afastamento dos políticos de seus cargos. A ação é referente ao primeiro afastamento determinado pela Vara Criminal.

<b>Assunto:</b> Foto – Frederico Neves	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> VIVER	<b>Seção:</b> João Alberto
<b>Página:</b> D3	<b>Data:</b> 22/05/2014

## DIÁRIO de PERNAMBUCO



**O presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, recebe diploma de Amigo da instituição das mãos do capitão dos Portos, Luiz Cláudio Lázaro Dias**

**Assunto:** Salário ultrapassará teto e pode chegar a quase R\$ 40 mil

**Veículo:** Folha de Pernambuco

**Editoria:** POLÍTICA

**Seção:**

**Página:** 3

**Data:** 22/05/2014



## CCJ do Senado aprova PEC que cria quinquênio no Judiciário

# Salário ultrapassará teto e pode chegar a quase R\$ 40 mil

**PROPOSTA** será votada no plenário e depois irá para a Câmara Federal, apesar de o Governo ser contra

BRASÍLIA (AE) - Após acalorado debate, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) que eleva o salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) para quase R\$ 40 mil, um aumento de 35% sobre o salário atual. O reajuste, defendido publicamente pelo presidente do STF, Joaquim Barbosa, em nota técnica enviada aos senadores no último dia 22, é considerado explosivo pelo Governo Dilma Rousseff. O impacto apenas para a União pode chegar a R\$ 450 milhões por ano. A PEC 63 cria um adicional por tempo de serviço de 5%, aplicado a cada cinco anos, até o limite de 35%, para todos os magistrados brasileiros e também aos ministérios públicos federal e estaduais.

Este universo, hoje, é de aproximadamente 30 mil servidores na ativa. Mas a proposta vai além: o benefício que será somado ao salário valerá também para aposentados e pensionistas. A PEC terá de ir à votação no plená-

rio do Senado e depois para análise da Câmara dos Deputados. Segundo cálculos obtidos pela reportagem, todas as categorias de juizes do Brasil passarão a ganhar acima do teto constitucional, de R\$ 29,4 mil mensais.

Com isso, os salários dos ministros do STF - chamados de "subsídios" na nomenclatura orçamentária - irão extrapolar o teto já no primeiro quinquênio. Com o primeiro adicional de 5%, seus subsídios passarão a R\$ 30,9 mil por mês. Na base da carreira, por sua vez, os vencimentos dos juizes federais substitutos pulariam de R\$ 23,9 mil para, no máximo, R\$ 32,4 mil.

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator da PEC, defendeu a proposta. Segundo ele, a carreira da magistratura federal não tem sido atrativa, uma vez que, dos 22 mil cargos à disposição, apenas 16,9 mil estão preenchidos. Nos últimos quatro anos, disse, 600 magistrados deixaram essa carreira. "Há uma asfixia total na magistratura e no Ministério Público. É necessário que nós tomemos uma posição", disse. Vital afirmou que, no caso dos magistrados vinculados à União, a folha salarial está em R\$ 27,8 bilhões e a repercussão da aprovação da matéria seria de 1,65%.

### CONTRA

Primeira a se posicionar na CCJ, a senadora Gleisi Hoff-



### Folha resume

O teto constitucional para salários de servidores federais é de R\$ 29,4 mil mensais, porém o Poder Judiciário será beneficiado com gratificações, a cada cinco anos, equivalentes a 5%. A consequência disso serão salários acima do limite, logo no primeiro reajuste. A PEC será votada no plenário do Senado e vai à Câmara.

mann (PT-PR) ponderou que entende a defasagem salarial enfrentada pela magistratura brasileira, mas foi contrária à PEC. Ela alertou para

o impacto orçamentário da medida e também para o fato que a proposta poderia levar outras carreiras a apresentarem o mesmo pleito.

### Barbosa nega participação

BRASÍLIA (Folhapress) - Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o ministro Joaquim Barbosa negou que tenha participado das discussões sobre proposta aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou que permite aos juizes e procuradores receberem acima do teto constitucional de R\$ 29,4 mil. Segundo nota divulgada pela Secretaria de Comunicação do CNJ, Barbosa afirmou que não estava presente na reunião do Conselho que discutiu o tema e que nem mesmo assinou parecer favorável ao benefício que foi enviado ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

"O ministro Joaquim Barbosa, informa que é a favor da valorização salarial da magistratura, mas que externou suas reticências em relação a propostas específicas contidas na PEC 63. O ministro ressalta que não participou da redação do documento, não estava presente na sessão do CNJ no momento da aprovação da nota técnica, tampouco assinou ofício de encaminhamento do material ao Congresso Nacional", informa nota.

<b>Assunto: Vereadores de Caruaru - Tribunal de Justiça mantém vereadores no cargo e rejeita recurso do MPPE</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 22/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



**Caruaru »**

### **Tribunal de Justiça mantém vereadores no cargo e rejeita recurso do MPPE**

*O julgamento foi unânime entre os desembargadores da 4ª Câmara Criminal do TJPE, que acompanharam o voto do relator, o desembargador Gustavo Lima.*

Os dez vereadores de Caruaru afastados das funções por causa da Operação Ponto Final, da Polícia Civil, obtiveram mais uma vitória. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) julgou o mandado de segurança com pedido de liminar solicitado pela defesa do grupo e manteve os vereadores nas funções.

Com a decisão, o TJPE não só ratificou a liminar como também rejeitou mais um recurso do Ministério Público do estado que pedia o afastamento dos políticos de seus cargos. A ação é referente ao primeiro afastamento determinado pela Vara Criminal.

O julgamento foi unânime entre os desembargadores da 4ª Câmara Criminal do TJPE, que acompanharam o voto do relator, o desembargador Gustavo Lima. A sentença foi disponibilizada no site do Tribunal de Justiça no último dia 13.

Desde que a Operação Ponto Final foi deflagrada, em dezembro do ano passado, o Ministério Público impetrou quatro pedidos de afastamento. A defesa conseguiu derrubar três. Até o final da semana, o TJPE poderá julgar o quarto pedido.

<b>Assunto: Vereadores de Caruaru</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 22/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Juiz e delegado contra-argumentam**

*Delegado Erick Lessa afirmou que o trabalho da Polícia é fruto de ação conjunta com Judiciário e Ministério Público*

CARUARU – O juiz Francisco de Assis explicou a decisão de analisar as gravações com os envolvidos na Operação Ponto Final, garantindo que o mesmo critério foi adotado para liberar os áudios e vídeos da acusação. “As 700 horas de gravações são sigilosas e existem partes que não interessam ao processo. No caso da acusação fiz isso. Depois que houve o requerimento, analisamos as gravações e liberamos. O mesmo será feito agora. O que for de interesse público poderá ser divulgado”, disse.

Já o delegado responsável pelo caso, Erick Lessa, afirmou que o trabalho da Polícia é fruto de uma ação conjunta com Judiciário e Ministério Público. Ele também admitiu que houve edição das gravações, até pela quantidade de informações. “Claro que foi uma edição. Como não iríamos editar 700 horas de gravação? Eu confio no trabalho de inteligência da Polícia e gostaria de frisar que o nosso trabalho foi corroborado com sete promotores, quatro juízes e três delegados”, argumentou.

<b>Assunto: Palestra vai debater interiorização do TJPE</b>	
<b>Veículo:</b> NE 10	<b>Data:</b> 22/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **AGRESTE // ENCONTRO**

### **Em Caruaru, palestra vai debater interiorização do TJPE**

O município de Caruaru, no Agreste do Estado, recebe na próxima terça-feira (27) a palestra “Interiorização do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – Instalação de Câmaras Regionais”. O evento será ministrado pelo desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves, que também acumula a função de presidente do TJPE.

O evento tem o objetivo de dar conhecimento ao jurisdicionado, operadores do Direito de Caruaru e região, entre outros, sobre a decisão plenária do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que aprovou proposição para a criação da Câmara Regional na cidade de Caruaru, com competências Cível e Criminal.

A palestra, aberta ao público, será realizada no Tribunal do Júri do Fórum Juiz Demóstenes Batista Veras, localizado na Avenida José Florêncio Filho, s/nº, no bairro Maurício de Nassau. O evento está marcado para as 15h.

<b>Assunto: TJPE rejeita recurso do MPPE e mantém vereadores nas funções em Caruaru</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 21/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **TJPE rejeita recurso do MPPE e mantém vereadores nas funções em Caruaru**

Na tarde desta quarta-feira (21), **foi disponibilizado no site do Tribunal de Justiça** uma decisão a respeito do Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado pela defesa em favor dos dez vereadores indiciados pela Operação Ponto Final I voltarem as funções.

A decisão se deu por unanimidade dos desembargadores da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que acompanhou o voto do Desembargador Relator Gustavo Lima. O julgamento não só ratificou a decisão da liminar, como também rejeitou o recurso impetrado pelo Ministério Público.

A ação é referente ao primeiro afastamento determinado pela Vara Criminal.

A defesa comemora o fato. “É mais uma vitória, e agora com a unanimidade dos Desembargadores que compõe a Câmara Criminal”, disse o advogado Marcelo Cumarú.

<b>Assunto: Yane: “Agora sou metade sertaneja e metade recifense” – participação do des. Alberto Virgínio</b>	
<b>Veículo:</b> Blog do Magno Martins	<b>Data:</b> 21/05/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Yane: “Agora sou metade sertaneja e metade recifense”**

Ganhadora de várias medalhas em diversas competições no pentatlo moderno, Yane Marques recebeu, na manhã desta quarta-feira (21), um título que ainda não constava na sua galeria de troféus: a cidadania recifense. A homenagem, de autoria da vereadora Aline Mariano (PSDB), foi concedida durante solenidade no plenário da Câmara Municipal do Recife.

Entre as autoridades presentes à sessão, presidida pelo vereador Vicente André Gomes (PSB), estavam o prefeito de Afogados da Ingazeira, José Patriota (PSB); o desembargador Alberto Nogueira, do Tribunal de Justiça do Estado; e o secretário de Esportes do Recife, George Braga, além da cantora Maria Dapaz, que cantou duas músicas em homenagem à pentatleta, que estava acompanhada da mãe, Gorete, e familiares.

De acordo com a vereadora Aline Mariano, a homenagem prestada à conterrânea foi importante pelo forte laço que a atleta sempre teve com a cidade do Recife. “Yane chegou ao Recife com 11 anos de idade para praticar natação no Clube Náutico Capibaribe. Daí em diante partiu para novos desafios, encontrando no pentatlo o esporte que lhe traria tantas glórias e reconhecimento. Foi aqui no Recife que essa sertaneja deu os primeiros passos para ser a Yane Marques que o Brasil e o mundo conhecem. Yane é um orgulho para todos os pernambucanos”, destacou.

Depois de receber das mãos da vereadora o título de cidadã, Yane subiu à tribuna da Câmara do Recife para agradecer a iniciativa da parlamentar tucana. “Confesso que passei algumas horas pesquisando o significado e a importância de receber um título de cidadania. Até passou pela minha cabeça que a partir de hoje eu teria dupla naturalidade, sendo metade afogadense, metade recifense”, afirmou.

E acrescentou: “Percebi então que o título era um sinal claro de reconhecimento pelos resultados obtidos e por tudo de bom que já conquistamos pelo nosso país. Fico feliz que meus resultados no esporte tenham sido relevantes para esta cidade. Já me sentia recifense e agora sou oficialmente”.

<b>Assunto: Yane Marques recebeu título de cidadã recifense – participação do des. Claudio Nogueira</b>	
<b>Veículo: Blog João Alberto</b>	<b>Data: 21/05/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### Yane Marques recebeu título de cidadã recifense



Yane Marques, ganhadora de várias medalhas em diversas competições no pentatlo moderno, recebeu na manhã de hoje a comenda da cidadania recifense, durante solenidade no plenário da Câmara Municipal do Recife. A homenagem, de autoria da vereadora Aline Mariano, foi presidida pelo vereador Vicente André Gomes. Entre os que prestigiaram o evento, o Prefeito de Afogados da Ingazeira, José Patriota, o desembargador Cláudio Nogueira e o Secretário de Esportes do Recife, George Braga, a cantora Maria da Paz, amigos e parentes da pentaatleta.

